

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO**  
**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE**

**RELATÓRIO ANUAL**  
**CURSO DE MESTRADO EM ENFERMAGEM DE SAÚDE COMUNITÁRIA**  
**ANO LETIVO 2010/2011**

**A Comissão de Curso**

Cidália Amorim  
Cândida Cracel  
Manuela Cerqueira

**ÍNDICE**

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. CICLO DE ESTUDOS .....	7
2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo.....	7
2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos: .....	7
Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Comunitária.....	7
2.1.2 Área científica predominante do ciclo de estudos:.....	7
2.1.3 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março: .....	7
Área 72 - Saúde e área de Educação e Formação 723 – Enfermagem. ....	7
2.1.4 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março: .....	7
2.1.5 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau: .....	7
2.1.6 Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006): .....	7
2.1.7 Número de vagas aprovado no último ano letivo: .....	7
2.1.8 Condições de acesso e ingresso: .....	7
2.1.9 Regime de funcionamento: .....	8
2.1.10 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos: .....	8
2.1.11 Objetivos definidos para o ciclo de estudos: .....	8
2.1.12 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição: .....	8
2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos:.....	8
2.2 Estrutura Curricular:.....	9
2.2.1 Ramos, opções, perfis, maior/menor ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável): .....	9
Não aplicável.....	9
2.2.2 Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau: .....	9
2.2.3 Plano de Estudos .....	9
2.2.4 Estágios Integrantes do Plano Curricular .....	10
2.2.4.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço.....	10
2.2.4.2 Mapas de distribuição de estudantes .....	11
3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE.....	13
3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo .....	13

3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão .....	13
3.3 Mecanismo de garantia da qualidade para o ciclo de estudos .....	14
3.4 Acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos.....	15
3.5 Avaliação das qualificações e das competências dos docentes .....	15
3.6 Utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos .....	15
3.7. Outras vias de avaliação/acreditação .....	15
4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis .....	16
As áreas disponíveis possibilitaram o bom desenvolvimento do Curso.....	16
4.2 Recursos Materiais – Equipamentos .....	16
4.3 Recursos financeiros.....	16
5. PARCERIAS.....	17
5.2 Identificar parcerias internacionais e nacionais.....	17
5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas.....	17
6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE.....	18
6.1 Pessoal Docente.....	18
6.1.1 Distribuição de Serviço Docente .....	18
6.1.2 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%).....	18
6.1.3 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento .....	18
6.1.4 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos .....	18
6.1.5. Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos .....	19
6.1.6 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista.....	19
6.1.7 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos .....	19
6.1.8 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos .....	19
6.1.9 Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos.....	19
6.1.10 Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista: .....	19
6.1.11 Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos:.....	19
6.1.12 Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista:.....	19

6.1.13 Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais: .....	19
6.2 Pessoal Não Docente .....	19
6.2.1 Caracterização .....	19
6.2.2 Número e regime de dedicação .....	20
6.2.3. Formação .....	20
6.2.4 Avaliação do desempenho .....	21
7. ESTUDANTES .....	22
7.1 Caracterização dos Estudantes .....	22
7.1.2 Procura do ciclo de estudos .....	22
7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem .....	22
8. PROCESSOS (FORMAÇÃO).....	23
8.1 Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo .....	23
8.2 Revisão curricular .....	23
8.3 Integração dos estudantes na investigação científica .....	23
9. RESULTADOS ACADÉMICOS .....	24
9.1 Sucesso Escolar .....	24
9.2 Empregabilidade .....	24
9.3 Internacionalização .....	24
10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS .....	25
11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA .....	26
ANEXOS .....	27
Anexo I - Modelos, Modos e Modalidades de Formação .....	28
Anexo II - Distribuição do Serviço Docente .....	37

**ÍNDICE DE QUADROS**

	<b>Pág.</b>
Quadro nº 1 Áreas Científicas e Créditos do Curso .....	9
Quadro nº 2 Plano de estudos do 1.º semestre curricular .....	9
Quadro nº 3 Plano de estudos do 2.º semestre curricular .....	10
Quadro nº 4 Plano de estudos do 3.º semestre curricular .....	10
Quadro nº 5 Locais de Estágio e Equipa Orientadora .....	10
Quadro nº 6 Distribuição das Estudantes e Equipa Orientadora por local de estágio, no Estágio I – Enfermagem de Saúde Comunitária - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública .....	11
Quadro nº 7 Distribuição das Estudantes e Equipa Orientadora por local de estágio, no Estágio II – Intervenção em Enfermagem de Saúde Comunitária .....	12
Quadro nº 8 Distribuição do Pessoal não Docente por Serviço, Categoria e Habilitações Académicas...	20
Quadro nº 9 Formação Contínua do Pessoal não Docente .....	21

## 1. INTRODUÇÃO

O presente relatório refere-se ao desenvolvimento do Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Comunitária (CMESC), aprovado pelo Despacho n.º 9599/2011, 2.ª Série, n.º 147 de 02 de Agosto de 2011, da Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESS/IPVC), relativo ao ano letivo 2011/2012.

Este documento tem como finalidade a apreciação do percurso formativo subjacente ao CMESC, conducente ao grau de Mestre, que nos termos da portaria N.º 256/2005, de 16 de Março, constitui as áreas de estudo 72 - Saúde e área de Educação e Formação 723 – Enfermagem. Integra o curso de especialização em Enfermagem de Saúde Comunitária que decorreu no 1º e 2º Semestre, do ano letivo 2011/2012, num total de 60 ECT's.

Em termos de estrutura dar-se-á ênfase, à especificidade do ciclo de estudos, à organização interna e mecanismos de qualidade, aos recursos materiais, às parcerias, ao pessoal docente e não docente, aos estudantes, ao processo de formação, aos resultados académicos, à análise *SWOT* inerente ao ciclo de estudos e às propostas de ações de melhoria.

## **2. CICLO DE ESTUDOS**

### **2.1 Caracterização do Ciclo de Estudo**

#### **2.1.1 Designação do Ciclo de Estudos:**

Curso de Mestrado em Enfermagem de Saúde Comunitária.

#### **2.1.2 Área científica predominante do ciclo de estudos:**

Enfermagem.

#### **2.1.3 Classificação da área do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março:**

Área 72 - Saúde e área de Educação e Formação 723 – Enfermagem.

#### **2.1.4 Classificação da área principal do ciclo de estudos de acordo com a Portaria nº 256/2005 de 16 de março:**

Enfermagem (723).

#### **2.1.5 Número de créditos ECTS necessário à obtenção do grau:**

90 ECTS.

#### **2.1.6 Duração do ciclo de estudos (art.º 3 DL-74/2006):**

3 Semestres curriculares.

#### **2.1.7 Número de vagas aprovado no último ano letivo:**

20 Vagas.

#### **2.1.8 Condições de acesso e ingresso:**

Podem candidatar-se os profissionais de saúde que satisfaçam as condições expressas no art.º 17º da Lei 74/2006, 24 de Março:

- a) Titulares do grau de licenciado ou equivalente legal;
- b) Titulares de um grau académico superior estrangeiro conferido na sequência de um 1º ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;
- c) Titulares de um grau académico superior estrangeiro que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo órgão científico estatutariamente competente do estabelecimento de ensino superior onde pretendem ser admitidos;
- d) Detentores de um currículo académico, científico ou profissional, que seja reconhecido como atestando capacidade para realização deste ciclo de estudos.

O reconhecimento a que se refere as alíneas b), c) e e) tem como efeito apenas o acesso a este ciclo de estudos conducentes ao grau de mestre e não confere ao seu titular a equivalência ao grau de licenciado ou reconhecimento desse mesmo grau.

### **2.1.9 Regime de funcionamento:**

Pós-laboral.

### **2.1.10 Docente Responsável pela Coordenação do Ciclo de Estudos:**

Cidália Maria de Barros Ferraz Amorim.

### **2.1.11 Objetivos definidos para o ciclo de estudos:**

O MESCC tem por objetivos: Aprofundar/desenvolver saberes teóricos, práticos e de investigação de forma a potenciar a promoção da excelência da prática especializada em enfermagem ao indivíduo/ família/ grupos e comunidade ao longo do ciclo vital e nos diferentes *settings* de intervenção, no domínio da saúde pública e saúde comunitária; Tomar decisões que orientem o exercício profissional autónomo, centrado na comunidade, com enfoque em grupos mais vulneráveis em situação de maior risco ou dependência física e funcional ou doença que requeira acompanhamento próximo; Participação na gestão de cuidados de enfermagem especializados; Assegurar a formação especializada em enfermagem comunitária; e, Participar de forma proactiva na definição e intervenção nas políticas, programas e projetos de saúde.

### **2.1.12 Demonstração de que os objetivos definidos se enquadram na missão e objetivos da instituição:**

O Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC) é uma comunidade de estudantes e profissionais qualificados e participativos, conscientes de que o progresso da sociedade é assegurado pelo desenvolvimento harmonioso da pessoa e do seu desempenho. É constituído por seis Escolas unidas na mesma missão: criar, difundir e gerir conhecimento e cultura, através de processos de qualidade e acreditados de ensino/aprendizagem, investigação, transferência de tecnologia e conhecimento, centradas no estudante e em interação com o tecido social.

A ESS, enquanto unidade orgânica do IPVC, constitui-se por uma comunidade educativa qualificada, inovadora e participativa, comprometida com a formação humanista, com a criação e gestão do conhecimento e da cultura, da investigação, da ciência, da tecnologia e da arte e com a prestação de serviços à comunidade. Neste contexto, o curso em apreço inscreve-se no âmbito do investimento da ESS e do IPVC na ampliação e aprofundamento de formações em áreas estruturantes da sua intervenção, designadamente no domínio da saúde.

Assim, os objetivos do ciclo de estudos encontram-se em congruência com a missão e objetivos da instituição, promovendo o desenvolvimento em saúde a nível regional. Importa, ainda, realçar que os objetivos operacionais se encontram monitorizados através do Sistema de Gestão da Garantia da Qualidade (SGGQ).

### **2.1.13 Meios de divulgação dos objetivos aos docentes e aos estudantes envolvidos no ciclo de estudos:**

Os objetivos encontram-se publicitados no portal da ESS e no Plano de Estudos que é disponibilizado aos estudantes no início do Curso. Ao longo do Curso são efetuadas reuniões com estudantes e docentes, onde este assunto é retomado em articulação com a apreciação/avaliação do percurso formativo. Os objetivos são, ainda, divulgados em contextos de debate que têm vindo a ser efetuados em sede de diferentes órgãos, no âmbito da análise do Plano de Estudos em articulação com as novas exigências da profissão.



**2.2 Estrutura Curricular:**

**2.2.1 Ramos, opções, perfis, maior/menor ou outras formas de organização de percursos alternativos em que o ciclo de estudos se estrutura (se aplicável):**

Não aplicável.

**2.2.2 Áreas Científicas e Créditos que devem ser reunidos para a obtenção do grau:**

As áreas científicas e os créditos necessários à obtenção do grau encontram-se no quadro 1.

**Quadro nº 1 - Áreas Científicas e Créditos do Curso**

ÁREA CIENTÍFICA	SIGLAS	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Enfermagem	ENF	86	2
Gestão e Administração	GA	2	
TOTAL		88	2

**2.2.3 Plano de Estudos**

O plano de estudos foi aprovado pelo Despacho nº 9599/2011 e publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 147, de 2 de Agosto de 2011, p. 31845-31846 e integra 90 ECTS, estando organizado em 3 semestres. O 1º semestre incluiu oito (8) unidades curriculares (Quadro n.º 2). O segundo semestre contém três (3) unidades curriculares (Quadro n.º 3). O terceiro semestre visa a elaboração do trabalho final (Quadro 4)

**Quadro nº 2 – Plano de estudos do 1.º semestre curricular**

Unidades Curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de Trabalho		ECTS	Regentes e Professores
			Total	Contacto		
Enfermagem - Evolução Histórica e Epistemológica a)	Enfermagem	Semestral	54	22: T-14; TP-08	2	Cidália Amorim Luís Graça Aurora Pereira
Investigação em Enfermagem a)	Enfermagem	Semestral	54	22: T-14; TP-08	2	Clara Araújo Luís Graça
Inovação, Gestão e Supervisão Clínica a)	Enfermagem	Semestral	54	22: T-14; TP-08	2	Carmina Morais Maria José Fonseca
Epidemiologia e Enfermagem de Saúde Pública	Enfermagem	Semestral	188	76:T-50; TP-26	7	Carmina Morais
Promoção e Educação para a Saúde e Saúde Familiar em Contexto Comunitário	Enfermagem	Semestral	108	42:T- 28; TP-14	4	Carlos Subtil Cândida Cracel
Enfermagem de Saúde Comunitária I – Intervenção em Settings e grupos vulneráveis	Enfermagem	Semestral	136	54: T-36; TP-18	5	Cidália Amorim Pedro Pereira
Enfermagem de Saúde Comunitária II- Gestão da Doença Crónica	Enfermagem	Semestral	162	64: T- 42; TP-22	6	Manuela Cerqueira Floribela Sampaio
Enfermagem Opcional I - Promoção da Saúde Mental	Enfermagem	Semestral	54	22: T-14; TP-08	2	Isabel Lajoso

**Quadro nº 3 – Plano de estudos do 2.º semestre curricular**

Unidades Curriculares	Área Científica	Tipo	Horas de Trabalho		ECTS	Regentes e Professores
			Total	Contacto		
Estágio I - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública	Enfermagem	Semestral	378	E - 227	14	Carminda Morais
Estágio II - Intervenção em Enfermagem de Saúde Comunitária	Enfermagem	Semestral	378	E - 227	14	Cidália Amorim
Dissertação de Natureza Científica/Estágio de Natureza Profissional com relatório/Trabalho de Projeto	Enfermagem	Anual	54	S - 20; OT - 4	2	Cidália Amorim Carminda Morais Manuela Cerqueira

**Quadro nº 4 – Plano de estudos do 3.º semestre curricular**

Unidade Curricular	Área Científica	Tipo	Horas de Trabalho		ECTS	Professora
			Total	Contacto		
Dissertação de Natureza Científica / Estágio de Natureza Profissional com Relatório Final / Trabalho de Projeto	Enfermagem	Semestral	810	E - 450; S - 22; OT - 20	30	Cidália Amorim

**2.2.4 Estágios Integrantes do Plano Curricular**

O plano curricular integra dois estágios que decorrem no 2º semestre, o Estágio I – Enfermagem de Saúde Comunitária - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública e o Estágio II - Intervenção em Enfermagem de Saúde Comunitária.

**2.2.4.1 Indicação dos locais de estágio e/ou formação em serviço**

Os estágios decorreram nas instituições referidas no quadro n.º 5. A equipa pedagógica do Estágio I – Enfermagem de Saúde Comunitária - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública, foi realizado na Unidade de Saúde Pública Regional, sediada em Viana do Castelo, em articulação com as Unidades de Saúde Públicas Locais, conforme mapa abaixo:

**Quadro nº 5 - Locais de Estágio e Equipa Orientadora**

Estágio	Período	Instituição acolhedora	Caracterização da Instituição	Equipa Orientadora
Estágio I – Enfermagem de Saúde Comunitária - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública	28.09 a 02.12.2011	Centro de Saúde de Caminha	Unidade de Saúde Pública Regional no ULSAM-EPE e ACES	Profª Carminda Morais Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca
		Centro de Saúde de Melgaço	Unidade de Saúde Pública Regional no ULSAM-EPE e ACES	Profª Carminda Morais Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca
		Centro de Saúde de Ponte da Barca	Unidade de Saúde Pública Regional no ULSAM-EPE e ACES	Profª Cidália Amorim Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca

Estágio II - Intervenção em Enfermagem de Saúde Comunitária	05.12 a 17.02.2012	Centro de Saúde de Caminha	Unidade de Cuidados na Comunidade da ACES - ULSAM-EPE	Profª Manuela Cerqueira Enfª Beatriz Chão
		Centro de Saúde de Melgaço	Unidade de Cuidados na Comunidade no ACES - ULSAM-EPE	Profª Cidália Amorim Enfª Fernanda Pereira
		Centro de Saúde de Ponte da Barca	Unidade de Cuidados na Comunidade no ACES - ULSAM-EPE	Profª Cidália Amorim Enfª Odete Alves

#### 2.2.4.2 Mapas de distribuição de estudantes

Nos estágios, as estudantes distribuíram-se de acordo com os quadros n.º 6 e n.º 7. A orientação e supervisão dos processos formativos foram asseguradas por uma equipa orientadora, tal como preconizado o documento “Modos, Modelos e Modalidades de Formação” (anexo I) elaborado pelo Conselho Científico da Escola. As figuras de Orientador Cooperante e do Orientador de Estágio correspondem nesta Escola à do *Tutor e Gestor Pedagógico*, os quais eram Enfermeiros Especialistas em Enfermagem de Saúde Pública/Saúde Comunitária e com experiência profissional relevante na área.

Acresce ainda referir que o rácio gestor pedagógico/estudante foi de uma hora por semana.

**Quadro nº 6 - Distribuição das Estudantes e Equipa Orientadora por local de estágio, no Estágio I – Enfermagem de Saúde Comunitária - Intervenção em Enfermagem de Saúde Pública**

Instituição acolhedora	Caracterização da Instituição	Mestrandas	Período	Equipa Orientadora
Centro de Saúde de Caminha	Unidade de Saúde Pública integrada no ACES e ULSAM-EPE	Alexandrina Campos Liliana Lourenço Rita Fernandes Rosinda Direito Teresa Gonçalves	28.09 a 02.12.2011	Profª Carminda Morais Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca
Centro de Saúde de Melgaço	Unidade de Saúde Pública integrada no ACES e ULSAM-EPE	Catarina Neiva Joana Fernandes Rosa Sandra Reis	28.09 a 02.12.2011	Profª Carminda Morais Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca
Centro de Saúde de Ponte da Barca	Unidade de Saúde Pública integrada no ACES e ULSAM-EPE	Alexandrina Rodrigues Ana Cristina Fernandes Graça Gonçalves Sílvia Cardoso Sónia Lopes	28.09 a 02.12.2011	Profª Carminda Morais Enfª Rosário Barros Enfª Paula Fonseca

**Quadro nº 7 - Distribuição das Estudantes e Equipa Orientadora por local de estágio, no Estágio II – Intervenção em Enfermagem de Saúde Comunitária**

<b>Instituição acolhedora</b>	<b>Caracterização da Instituição</b>	<b>Mestrandas</b>	<b>Períodos</b>	<b>Equipa Orientadora</b>
Centro de Saúde de Caminha	Unidade de Cuidados na Comunidade integrada no ACES e ULSAM-EPE	Alexandrina Campos Liliana Lourenço Rita Fernandes Rosinda Direito Teresa Gonçalves	28.09 a 02.12.2011	Profª Manuela Cerqueira Enfª Chefe e Coordenadora da UCC Beatriz Chãos
Centro de Saúde de Melgaço	Unidade de Cuidados na Comunidade integrada no ACES e ULSAM-EPE	Catarina Neiva Joana Fernandes Rosa Sandra Reis	28.09 a 02.12.2011	Profª Cidália Amorim Enfª Chefe e Coordenadora da UCC Fernanda Pereira
Centro de Saúde de Ponte da Barca	Unidade de Cuidados na Comunidade integrada no ACES e ULSAM-EPE	Alexandrina Rodrigues Ana Cristina Fernandes Graça Gonçalves Sílvia Cardoso Sónia Lopes	28.09 a 02.12.2011	Profª Cidália Amorim Enfª Chefe e Coordenadora da UCC Odete Alves

### **3. ORGANIZAÇÃO INTERNA E MECANISMOS DA QUALIDADE**

#### **3.1 Estrutura organizacional responsável pelo ciclo de estudo**

O ciclo de Estudos conducente ao grau de mestre em Enfermagem de Saúde Comunitária da ESS/IPVC, cujo registo efetuado na Direção Geral do Ensino Superior como o nº R/A-Cr143/2010, foi alvo de acreditação prévia pela A3ES.

Em termos de processo formativo, têm vindo a ser desenvolvidos esforços no sentido de adotarmos a globalidade dos procedimentos do SGGQ. Ao momento, está assegurada a utilização da plataforma *e-learning* para troca de informação e divulgação dos sumários, e ainda, outros assuntos de interesse relevante para o curso.

Importa realçar que os programas curriculares constam do registo na A3ES, com pequenos ajustes pontuais decorrentes da avaliação efetuada ao longo do curso e das reformas e re/orientações políticas e técnicas na área da saúde/enfermagem. Estes programas foram alvo de análise e emissão de parecer da Comissão do Curso, sendo posteriormente enviados para apreciação/aprovação do Conselho Técnico-Científico.

#### **3.2 Participação de docentes e estudantes nos processos de tomada de decisão**

A participação de docentes e estudantes na tomada de decisão é assegurada, nos termos dos Estatutos do IPVC (Despacho Normativo nº 7/2009, de 6 de fevereiro, DR 2ª Série, nº 26), pela sua integração em órgãos, designadamente no Conselho Pedagógico (CP) e Comissão de Curso (CC).

O facto de os estudantes integrarem o CP e a CC promove uma cultura de envolvimento nas tomadas de decisão inerentes à vida da ESS/IPVC. Importa realçar, que os estudantes que integram estes órgãos têm assumido um papel proactivo na mediação dos processos e na dinamização das diversas atividades inerentes ao curso e à ESS-IPVC.

Para além do enunciado, destacam-se os desenvolvimentos resultantes da discussão e análise de assuntos abordados em reuniões realizadas ao longo do ano, com docentes, estudantes e CC.

Os Inquéritos de Avaliação à Satisfação da Qualidade de Ensino *on-line* constituem outra das estratégias de participação na tomada de decisão, no entanto, dificuldades informáticas não previsíveis, dificultaram o preenchimento destes inquéritos pelos estudantes.

Da avaliação efetuada pelos regentes (após auscultação dos intervenientes nas UC), nos relatórios das UC e das reuniões com a CC e estudantes resulta uma avaliação global positiva, da qual se destacam os seguintes aspetos: a pertinência e adequação dos conteúdos teóricos lecionados e a qualidade dos preletores; a qualidade dos contextos e a orientação pedagógica e tutorial no desenvolvimento das unidades curriculares de estágio.

Importa ter presente que se trata, na sua maioria, de trabalhadores estudantes e de uma formação em regime pós-laboral. A maior parte das estudantes são enfermeiras a exercerem a sua profissão em instituições, as

quais, em grande parte, funcionam com os rácios mínimos em termos de recursos humanos o que, com certeza, não explicando em absoluto, condicionou a participação mais ativa das mestrandas na vida da escola.

### **3.3 Mecanismo de garantia da qualidade para o ciclo de estudos**

O IPVC tem implementado, desde 2008, um SGGQ organizado por processos, atividades e respetivos procedimentos utilizados pela instituição para a manutenção e melhoria da qualidade do ensino e demais atividades de gestão e de suporte ao ensino. É de salientar que o SGGQ cumpre os requisitos da norma NP EN ISO 9001:2008, sendo o IPVC certificado pela SGS ICS, entidade acreditada pelo IPAC, desde 2009, no âmbito da Formação Superior nas Áreas Científicas ministradas em todas as suas Escolas.

O SGGQ-IPVC gera informação que a Instituição utiliza para definir e implementar medidas efetivas para a melhoria contínua da qualidade das atividades desenvolvidas e respetivos resultados. A Presidência do IPVC determinou, conforme definido nos Estatutos, publicados em 06 de fevereiro de 2009, a criação de uma estrutura para conduzir os trabalhos inerentes ao desenho e implementação do Sistema Interno para a Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo - o Gabinete de Avaliação e Qualidade (GAQ) - que integra os Gestores da Qualidade das Escolas (ESA, ESCE, ESE, ESDL, ESS, ESTG), Serviços Centrais e Serviços de Ação Social, que são nomeados pelas Direções. O GAQ apoia as Coordenações de Curso no processo de Gestão e Garantia da Qualidade dos Ciclos de Estudo, em estreita colaboração com as Direções das Escolas e dos Serviços, os Conselhos Pedagógicos, o Conselho Técnico-científico, o Conselho Académico e outros órgãos e serviços do IPVC que intervêm na garantia da qualidade das atividades administrativas de suporte e nas atividades científicas e pedagógicas dos ciclos de estudo. O SGGQ-IPVC procura garantir a abrangência e eficácia dos procedimentos e estruturas de garantia da qualidade relacionadas com cada uma das vertentes nucleares da sua missão como Instituição de Ensino Superior Público:

- o ensino e aprendizagem, através dos processos: Académicos (ACA), Criação e Restruturação de Cursos (CRC), Formação (FOR), Cooperação Internacional (CIN) e Observatório (OBS);
- a investigação e desenvolvimento, através do processo Gestão de Projetos (GPR), com apoio da Oficina de Transferência de Tecnologia e do Conhecimento (OTIC);
- a colaboração interinstitucional e com a comunidade, através dos processos: Cooperação Internacional (CIN), Planeamento e Gestão Estratégica (PGE) e Promoção e Imagem (PIM);
- as políticas de gestão do pessoal, através do processo Recursos Humanos (RHU);
- os serviços de apoio, através dos processos: Gestão de Espaços Educativos (GEE), Gestão Económico-Financeira (GEF), Gestão de Sistemas de Informação (GSI), Expediente e Arquivo (EAR), Gestão Documental (GDO), Ambiente Higiene e Segurança (AHS), Gestão de Empreitadas e de Infraestruturas (GEI), Biblioteca (BIB), Serviços de Ação Social (SAS);

- a internacionalização, através dos Processos: Cooperação Internacional (CIN), Planeamento e Gestão Estratégica (PGE) e Promoção e Imagem (PIM).

### **3.4 Acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos**

O acompanhamento e avaliação periódica do ciclo de estudos são consubstanciados por variadas estratégias, designadamente, através de reuniões de avaliação do percurso formativo, efetuadas pela Comissão de Curso do CMESC, e ainda, de reuniões da coordenação do curso com os professores e com os estudantes e com o CP e Direção da Escola.

Dispomos, ainda, de evidência decorrente do SGGQ através dos procedimentos relativos aos processos relacionados com os Cursos: Formação (Processo FOR, desde o planeamento a execução/ avaliação), Académicos (ACA), Observatório (OBS), Criação e Reestruturação de Cursos (CRC) e Gestão e Melhoria do Sistema (GMS). São, ainda, considerados os relatórios de avaliação das unidades curriculares e a monitorização pelos serviços académicos dos indicadores relevantes do percurso formativo, assim como, o controlo efetuado pelas auditorias internas e externas.

### **3.5 Avaliação das qualificações e das competências dos docentes**

A avaliação do desempenho dos docentes fez-se, até 2009, pela legislação que regulava o Ensino Superior com apresentação e avaliação dos relatórios críticos de atividades científicas e pedagógicas nos Conselhos Científicos das Escolas do IPVC. Encontra-se em fase de discussão, nos termos do RJIES e ECDESP, o regulamento de avaliação de desempenho que irão reger estes processos.

Conforme referimos a Avaliação da Satisfação da Qualidade de Ensino e os relatórios que lhe são inerentes, à partida, devem constituir-se como um contributo para a avaliação dos docentes, por parte dos estudantes.

Relativamente à qualificação do corpo docente, no universo de 45 docentes, 14 são doutores e um detém o título de especialista na área de Enfermagem. Salientamos, ainda, que se encontram 13 docentes em doutoramento.

### **3.6 Utilização dos resultados das avaliações do ciclo de estudos**

Os resultados da avaliação têm sido mobilizados em diversos domínios e contextos, reconhecendo-se que estes diferentes domínios permitiram criar e fortalecer sinergias entre vários órgãos e serviços, em particular, entre a coordenação e os serviços académicos. A identificação dos constrangimentos e potencialidades no sentido da sua superação/melhoria foram prontamente respondidos pela CC. A excelente qualidade dos Serviços Académicos e Gabinete de Apoio aos Cursos merece publicamente este reconhecimento.

### **3.7. Outras vias de avaliação/acreditação**

O Ciclo de estudos foi objeto de Acreditação Prévia por parte da A3ES.

## **4. RECURSOS MATERIAIS**

Para além da listagem que consta no PAPNCE, não há nada a referir em termos de atualização de novos espaços.

### **4.1 Recursos Materiais – Áreas disponíveis**

As áreas disponíveis possibilitaram o bom desenvolvimento do Curso

### **4.2 Recursos Materiais – Equipamentos**

Salienta-se a existência de equipamento informático e quadros interativos.

### **4.3 Recursos financeiros**

O IPVC atribui uma dotação orçamental à Escola em termos globais e não por curso, e tendo por base o ano económico.

Em 2010, ano civil, a execução orçamental da ESS/IPVC foi de 2.441.406,41 euros, com base na despesa paga.

Em 2011, ano civil, a execução orçamental da ESS/IPVC foi de 2.129.780,50 euros, com base na despesa paga.

O orçamento atribuído tem permitido o cumprimento dos objetivos do ciclo de estudos.



## **5. PARCERIAS**

### **5.1 Promoção da cooperação interinstitucional**

No âmbito deste mestrado, mobilizaram-se as parcerias com a Unidade Local de Saúde do Alto Minho – EPE (ULSAM-EPE), nomeadamente o Agrupamento de Centros de Saúde (ACS).

Existem outras parcerias com instituições prestadoras de cuidados que, não sendo diretamente mobilizadas no âmbito do Curso, são fortalecidas não só pelo desenvolvimento do potencial de formação dos seus recursos humanos mas, sobretudo, através dos trabalhos finais de curso. São de referir, também, as parcerias que têm lugar no âmbito de Projetos de Investigação/Desenvolvimento e Prestação de Serviços.

A nível internacional, embora existam protocolos de cooperação, a mobilidade é inexistente.

### **5.2 Identificar parcerias internacionais e nacionais**

Até ao momento foram mobilizadas as seguintes parcerias: Administração Regional do Norte I.P.; Agrupamento de Escolas de Monção; Agrupamento de Escolas de Ponte da Barca; Câmara Municipal de Viana do Castelo; Câmara Municipal de Paredes de Coura; Santa Casa da Misericórdia de Ponte da Barca e Unidade Local de Saúde do Alto Minho, EPE.

### **5.3 Relacionamento do ciclo de estudos com as entidades externas**

O relacionamento com as entidades externas, no âmbito do ciclo de estudos, reside, sobretudo, na área de investigação. Procura-se incentivar o desenvolvimento de trabalhos finais orientados para a melhoria da capacidade das organizações para responder aos problemas/preocupações emergentes.

Esta perspetiva é particularmente relevante, na medida em que a maioria das organizações onde os trabalhos são desenvolvidos são, simultaneamente, entidades empregadoras, conferindo potencialidades acrescidas de continuidade desses mesmos projetos, mesmo após finalização dos cursos. Nesta lógica, promove-se a relação teoria-prática e, concomitantemente, contribui-se para o desenvolvimento sustentado das organizações de saúde, maioritariamente, situadas na área de Influência da ESS e do IPVC.

## **6. PESSOAL DOCENTE E NÃO DOCENTE**

### **6.1 Pessoal Docente**

As medidas para a atualização do corpo docente não poderão ser vistas, no momento atual, afastadas da obrigação legal das instituições de ensino superior criarem condições aos seus docentes para fazerem ou concluírem a sua formação avançada, como condição básica da sustentabilidade do próprio subsistema, da própria instituição e do, tão desejado, acesso à carreira. O programa PROTEC (em vigor até 2011), destinado à formação avançada dos docentes do ensino superior politécnico, e o apoio prestado pela ADISPOR, através da contratualização de vagas para doutoramento, com várias universidades nacionais e europeias, têm como objetivo, a qualificação do maior número de docentes num curto espaço de tempo, de forma a responder às necessidades e exigências colocadas às instituições.

Para além do apoio à formação avançada, a Instituição tem procurado incentivar e ajudar na atualização permanente do corpo docente, quer através de formação organizada na própria Instituição, quer no apoio à realização de formação no seu exterior, através de financiamento ou utilização de recursos da Instituição, como por exemplo, as viaturas da Escola, quer, ainda, pela concessão do estatuto de equiparado a bolseiro.

O próprio Sistema de Gestão e Garantia da Qualidade, no processo Recursos Humanos, prevê a realização anual de um diagnóstico de necessidades formativas com vista à programação de ações para colmatar essas mesmas necessidades. Os aspetos focados revelam a aposta que o IPVC tem feito em termos da qualificação do pessoal docente e não docente.

#### **6.1.1 Distribuição de Serviço Docente**

No sentido de tornar mais perceptível as especificidades da informação relativa à DSD, remetemos o mapa para anexo (ANEXO II).

A distribuição do serviço docente relativa ao 3º semestre do curso não se reporta ao período em análise.

#### **6.1.2 Percentagem dos docentes do ciclo de estudos em tempo integral (100%)**

Neste curso verifica-se que 59,1% (13) dos docentes desenvolveram a sua atividade de docente em tempo integral.

#### **6.1.3 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com doutoramento**

A percentagem de docentes com doutoramento é 54,% (7 docentes).

#### **6.1.4 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudo com doutoramento na área científica do ciclo de estudos**

Na área científica de Enfermagem existem 23 %.

**6.1.5. Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral com doutoramento na área científica do ciclo de estudos**

Na área científica de Enfermagem e em tempo integral existem 3 docentes.

**6.1.6 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista**

Não existem docentes com o título de especialista – 62%.<sup>1</sup>

**6.1.7 Percentagem dos docentes (ETI) do ciclo de estudos com título de especialista na área científica do ciclo de estudos**

Não existem docentes com estas condições – 54%.

**6.1.8 Número de docentes do ciclo de estudos a tempo integral e com título de especialista na área científica do ciclo de estudos**

Não existem docentes com estas condições – 7

**6.1.9 Percentagem de docentes doutorados e docentes com título de especialista do ciclo de estudos**

Existem 54% de docentes doutorados e existem 62% de docentes com título de especialista.

**6.1.10 Percentagem de docentes do ciclo de estudos (ETI) com doutoramento e com título de especialista:**

15%.

**6.1.11 Percentagem dos docentes que mantêm a sua ligação ao ciclo de estudos por um período superior a três anos:**

Não se aplica porque o curso iniciou pela primeira vez em Fevereiro de 2011.

**6.1.12 Docentes do ciclo de estudos que, nos próximos dois anos, possam vir a obter o grau de doutor ou o título de especialista:**

Prevê-se que um docente adquira o título de especialista.

**6.1.13 Promoção da mobilidade do pessoal docente do ciclo de estudos entre instituições nacionais ou internacionais:**

Não se verificou.

**6.2 Pessoal Não Docente**

**6.2.1 Caracterização**

A implementação dos novos Estatutos do IPVC, conduziu a uma reestruturação transversal, com a centralização nos Serviços Centrais dos seguintes serviços: Direções de Serviço Administrativos e Financeiros e de Informática, Divisões de Serviços Técnicos, de Serviços Académicos, de Recursos Humanos e ainda Gabinetes de Comunicação e Imagem, de Mobilidade e Cooperação Internacional e de Avaliação e Qualidade.

---

<sup>1</sup> 8 Docentes com título provisório de especialista aprovado pelo CC em 22 de janeiro/2010 e CTC em 23 fevereiro/2010

A Escola conta com vários serviços para apoio das suas atividades de ensino, com pessoal não docente qualificado, como consta no quadro seguinte.

**Quadro nº 8 - Distribuição do Pessoal não Docente por Serviço, Categoria e Habilitações Académicas**

Serviço/Pessoal não Docente	Categoria	Habilitações Académicas
<b>Serviços Académicos</b>		
Maria Augusta S. Barreiros	Assistente Técnico	12º Ano
Maria Regina Coelho Lopes Vieira	Coordenador Técnico	12º Ano
<b>Balcão Único</b>		
Ana Maria G. Lopes Alves	Técnico Superior	9º Ano
Sofia Margarida Velho	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Serviço de Expediente e Arquivo</b>		
Maria Goreti Martins Trailla	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Secretariado CTC /C. Pedagógico/Apoio Audiovisuais</b>		
Nuno Vieira de Carvalho	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Biblioteca</b>		
Alfredo Alberto Alves	Assistente Técnico	12º Ano
Sandra Cristina S. Sousa	Técnico Superior	Mestrado
<b>Secretariado de Apoio aos Cursos</b>		
Anabela Esteves de Sousa	Assistente Técnico	12º Ano
<b>Telefonista</b>		
Maria Teresa Fernandes da Cruz Lancha	Assistente Operacional	9º Ano
<b>Secretariado Direção</b>		
Pedro Nuno de Freitas Araújo	Técnico Superior	Licenciatura

### 6.2.2 Número e regime de dedicação

Existem 11 funcionários não docentes em regime de contrato em funções públicas por tempo indeterminado.

### 6.2.3. Formação

O pessoal não docente de apoio à lecionação do ciclo de estudos possui formação contínua desenvolvida em temáticas que muito favorecem os desenvolvimentos do Curso, como se pode constatar no quadro seguinte:

**Quadro nº 9 - Formação Contínua do Pessoal não Docente**

Nome	Formação 2011
Alfredo Alberto Lopes Alves	3.º Fórum da Qualidade
Ana Maria G. Lopes Alves	Workshop de formação em CXA
	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
Maria Goreti Martins Traila	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
	Básico em e-learning de Organizações de Emergência
Maria Augusta Silva Barreiros	Básico em e-learning de Organizações de Emergência
	Interpretação APCER – ISSO 9001:2008
Nuno Vieira de Carvalho	Expressão Audiovisual
Sandra Cristina Santos Sousa	Ambiente Digital Abertos: Impactos e Desafios
Sofia Margarida Pereira de Melo Velho	Workshop de formação em CXA

**6.2.4 Avaliação do desempenho**

O IPVC adotou, desde 2010, um critério de distribuição das quotas de classificação máxima, não por unidades orgânicas, mas por grupos de serviços transversais constituídos pela proximidade e complementaridade de funções exercidas.

Esta opção implicou a fixação de objetivos para cada grupo de serviços e um número mínimo de objetivos individuais comuns aos trabalhadores neles inseridos, de forma que permitiu uma maior comparabilidade de desempenhos, contribuindo para aumentar a perceção de justiça organizacional por parte dos avaliados aquando da comunicação dos resultados da avaliação de desempenho.

## **7. ESTUDANTES**

### **7.1 Caracterização dos Estudantes**

O total de vagas atribuídas foram 20 para o contingente geral e 10 para o contingente especial (destinado a enfermeiros detentores do título de especialista em enfermagem de saúde comunitária). Matricularam-se no mestrado 17 estudantes do contingente geral e 0 do contingente especial, exercendo a sua atividade profissional, maioritariamente, no distrito de Viana do Castelo (15 estudantes) sendo todas do sexo feminino e cuja média de idades é de 28 anos e a moda 24 anos. A amplitude de idades oscila entre 23 e 41 anos.

No total desistiram 4 estudantes. Sendo que, uma anulou a matrícula e as outras três as razões prenderam-se, sobretudo, com a entrada num primeiro emprego longe da residência e do local da escola, e por motivos de gravidez de risco e doença grave de um familiar direto.

#### **7.1.2 Procura do ciclo de estudos**

Consideramos que o facto de não serem preenchidas a totalidade das vagas disponibilizadas, bem como as desistências verificadas, podem estar relacionadas com as atuais políticas de gestão de recursos humanos nas organizações de saúde, que têm vindo a dificultar as dispensas de serviço para formação, assim como, com as dificuldades económicas acrescidas que as famílias têm vindo a atravessar.

Esta perceção vai de encontro aos discursos de potenciais candidatos que manifestaram o seu interesse nesta formação, mas que alegadamente, no imediato, não reuniam condições financeiras para a suportar.

### **7.2 Ambiente de Ensino/Aprendizagem**

Estrategicamente a ESS tem vindo a promover a proximidade dos mestrandos desde o processo de candidatura até à fase de conclusão do curso. No início do curso realiza-se um espaço-tempo de receção e acolhimento, no sentido de promover a integração no curso, bem como, a articulação do processo formativo. Neste contexto, procuramos equacionar os problemas sentidos pelos estudantes e atuar, no sentido da sua minimização/resolução.

Existem, contudo, áreas que se constituem de investimento prioritário, que urge reforçar, a saber: promoção da participação na avaliação on-line e nas reuniões do Conselho Pedagógico; adesão a programas de mobilidade nacionais e internacionais e adesão a outros projetos da ESS-IPVC, designadamente no âmbito do empreendedorismo.

É, ainda, de realçar os investimentos do IPVC, decorrentes dos Estatutos e da organização interna, no sentido de promover as condições de vida e de aprendizagem dos estudantes, dos quais destacamos: os Serviços de Ação Social, o Gabinete de Saúde, o Centro Desportivo e a Oficina Cultural. Mais recentemente, a designação da Provedora do Estudante e a constituição do Conselho Académico que reforçará, com certeza, a promoção do ambiente ensino/aprendizagem.

## **8. PROCESSOS (FORMAÇÃO)**

### **8.1 Comunicação e monitorização dos objetivos do ciclo de estudo**

A comunicação dos objetivos do ciclo de estudos processa-se nos termos do enunciado no ponto 2.1.13, sendo a sua monitorização e divulgação efetuada em sede de reuniões com a Comissão Técnico-científica do IPVC e com os estudantes.

Os sumários foram disponibilizados na plataforma *moodle* atendendo-se ao preconizado na Circular ESS-D-3/2010.

A elaboração concertada de horários e cronogramas tem permitido assegurar a lecionação efetiva. Assim, o grau de concretização das UC bem como do lançamento das classificações é de 100%. Toda esta informação é, no momento, disponibilizada na plataforma *e-learning*.

Concluíram o 1º ano do curso 76,4% (13) de estudantes, o que lhes confere o curso de especialização (art.º 5º, do Regulamento do CMESC), com classificação variando entre o 13 e os 17 valores.

### **8.2 Revisão curricular**

O plano de estudos foi recentemente submetido a acreditação prévia da A3ES não se prevendo revisão curricular para breve. Contudo, este, é um assunto que tem vindo a ser debatido em Comissão Curso e outros órgãos da ESS, em resultado das sugestões dos estudantes, da equipa pedagógica e das mudanças sociopolíticas a nível do ensino superior.

### **8.3 Integração dos estudantes na investigação científica**

A integração dos estudantes na investigação científica é efetivada através dos projetos/trabalhos de investigação desenvolvidos no 3º semestre deste curso, ainda em curso.

### **8.4 Metodologias de Ensino**

As metodologias de ensino desenvolvidas revestem-se de natureza diversificada, em congruência com a natureza da UC. Importa, ainda, referir que a operacionalização das UC Estágios, do 2º semestre, tidas como fundamentais na área de especialidade deste mestrado, foram fortemente rentabilizadas no âmbito do trabalho final, potenciando-se a mobilização de saberes de diferentes áreas científicas.

## **9. RESULTADOS ACADÉMICOS**

Ao momento as 13 estudantes que completaram o 1º ano do curso, encontram-se a frequentar o 2º ano, 3º semestre.

### **9.1 Sucesso Escolar**

Treze estudantes completaram este 1º ano do curso. A média obtida no curso de especialização foi de 15,40 valores, com a UC de Dissertação de Natureza científica/Estágio de Natureza Profissional com Relatório/Trabalho de Projecto a obter a média mais baixa de 11,60 valores e a UC Estágio II – Intervenção em Enfermagem Comunitária com a média mais elevada de 16,60 valores. Inscreveram-se, no 2º Ano, 3º semestre, 76,4% dos estudantes que concluíram o curso de especialização em Enfermagem de Saúde Comunitária.

### **9.2 Empregabilidade**

A 1.ª edição do curso ainda se encontra a decorrer, pelo que, não é possível efetuar a avaliação da empregabilidade do mesmo.

### **9.3 Internacionalização**

Não se tem registado mobilidade no âmbito deste curso. Embora constitua uma dimensão relevante dos processos formativos, a realidade socioprofissional, num contexto agravado pela crise, não é facilitadora deste processo.



## 10. ANÁLISE SWOT DO CICLO DE ESTUDOS

### Pontos Fortes

- Estabilidade do corpo docente e com qualificação específica na área;
- Rentabilização do corpo docente dos Mestrados em curso;
- Taxa de sucesso escolar;
- Qualidade dos contextos práticos onde se realizaram os estágios;
- Visibilidade e credibilidade da instituição no âmbito da formação da formação em enfermagem;
- Dinâmica implementada entre as coordenações dos cursos de mestrado em enfermagem da ESS;
- Existência de secretariado de apoio ao Curso.

### Pontos Fracos

- Dificuldade em compatibilizar o horário laboral com a atividade académica, especificamente no 2º semestre aquando da realização dos estágios;
- Dificuldade na obtenção do estatuto de trabalhador estudante e de bolseiro;
- Serviço de bar/refeitório aquém das expectativas.

### Constrangimentos

- Grande concentração de carga horária letiva para dar cumprimento ao Plano de estudos.

### Oportunidades

- Incentivo ao empreendedorismo na área do Curso;
- Conformidade entre os processos formativos e o preconizado pelo SGGQ;
- Divulgação da investigação em articulação com os contextos da prática;
- Abertura ou disponibilidade dos serviços para a realização de trabalhos de investigação em parceria.

## **11. PROPOSTA DE AÇÕES DE MELHORIA**

Consideramos que o curso se desenvolveu de forma muito positiva e com grande envolvimento e implicação dos diversos atores no processo de ensino-aprendizagem.

No entanto, propomos o aumento da carga horária da unidade curricular de Investigação de 2 ECT's para 3 ECT's e a correção da denominação da unidade curricular Estágio I – Estágio de Saúde Comunitária para Estágio I – Estágio de Saúde Pública. Consideramos, ainda, que é necessário rever a calendarização da avaliação *on-line* de forma a permitir a avaliação de todas as UC do curso.

## **ANEXOS**

## **ANEXO I**

Modelos, Modos e Modalidades de Formação

## MODELOS, MODOS E MODALIDADES DE FORMAÇÃO

*O que vai determinar se uma formação profissional se dá num sentido progressista, crítico - reflexivo ou conservador e tecnicista, em grande parte, é o modo de entender e fazer a educação, de como ela é trabalhada em sala de aula, espaço de interacção entre professores e alunos.*

Sorsi & Bagnato, 1998<sup>1</sup>.

### NOTA INTRODUTÓRIA

As *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnfVC* <sup>II</sup> no domínio do ensino enunciam um conjunto de pressupostos e objectivos que remetem para a inevitabilidade e urgência de reflectir os actuais modelos de formação e desenhar as mudanças que mais se adequem aos desafios duma realidade social complexa e ao desenvolvimento da profissão de Enfermagem. Esses pressupostos e objectivos já estavam contemplados na *Carta de Princípios Interinstitucional* firmada entre a ESEnfVC e as instituições de saúde do distrito, em 1998. Aí se refere que

..."a articulação entre formação e contextos de trabalho é, hoje, uma questão central na formação de enfermeiros (...) que advém da revalorização do potencial formativo das situações de trabalho. Esta constatação aliada à de que docentes e enfermeiros da prática detêm saberes e competências que, embora diferentes são complementares, sugerem novas formas de (re)pensar e agir no campo da formação em enfermagem ; a formação de enfermeiros não é só da responsabilidade da Escola pois formar pressupõe considerar o objecto da disciplina de enfermagem que urge explicitar pelos seus agentes - os enfermeiros."

O produto da análise que agora se promove deve reflectir-se na actualização dos "Princípios de distribuição do serviço docente" e, conseqüentemente, nos futuros planos de distribuição de serviço docente, a partir do próximo ano lectivo 2000-2001.

As práticas pedagógicas dominantes na ESEnfVC têm-se revelado desadequadas e sê-lo-ão cada vez mais, a manter-se as lógicas em que se sustentam. Entre outros, os aspectos que mais têm sido referidos nas discussões sobre esta matéria estão relacionados com as seguintes lógicas:

- Desde o primeiro momento, a formação inicial dos alunos de enfermagem deveria estar enformada numa perspectiva holística e de contextualização das práticas o que conduziu à desvalorização crescente das aulas práticas e ao treino em laboratório e à utilização quase exclusiva do treino de procedimentos e técnicas básicas no contexto dessas práticas profissionais em hospital ou centro de saúde. Nesta perspectiva, sobrevalorizou-se a dimensão da aquisição de competências sobre a aquisição de habilidades ou capacidades. Mais ainda, alterou-se o sentido desenvolvimentista simples → complexo, habilidades/capacidades → competências.
- As necessidades de aumentar o número de enfermeiros, as alterações recentes no ensino e a consequente exigência de cursos de complemento de formação, têm colocado a Escola perante o imperativo de dar uma resposta adequada, aumentando o número de alunos em formação. Em consequência, a estratégia que foi incrementada e que hoje se revela insustentável foi o recurso à contratação de auxiliares pedagógicos<sup>III</sup> e a exigência de preenchimento dos lugares vagos do Quadro de pessoal docente a curto prazo. E se é verdade que para formar mais enfermeiros são necessários mais formadores, a resposta não foi orientada no sentido de saber que tipo de formadores mas sim no sentido de reproduzir, em pequena escala, a figura do docente na pessoa do auxiliar de ensino encarregado de trabalhos.

Por outro lado, tem-se gerado um mal-estar crescente no seio do corpo docente que se vê impotente para cumprir outras funções como sejam a investigação e intervenção na comunidade, num momento em que se toma consciência que urge mudar de estratégia face à integração na estrutura do ensino superior politécnico e ao próprio estatuto de docente do ensino superior.

Face a este quadro, as respostas têm de ser encontradas num registo de mudança e inovação dos próprios modelos de formação, à luz de novas concepções que se revelem as mais consentâneas com um pensamento moderno e capaz de favorecer a construção de enfermeiros com elevado sentido da profissionalidade e cidadania.

## **ORIENTAÇÕES PARA O MODELO DE FORMAÇÃO INICIAL DE ENFERMEIROS**

O curso de licenciatura em Enfermagem visa *assegurar a formação científica, técnica, humana e cultural para a prestação e gestão de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidade, nos diferentes níveis de prevenção e a*



formação necessária à participação na gestão dos serviços, unidades ou estabelecimentos de saúde, à participação na formação de enfermeiros e outros profissionais de saúde e ao desenvolvimento da prática de investigação <sup>IV</sup>. Para dar uma resposta adequada e de qualidade a estes objectivos é, pois, fundamental que se pensem e dinamizem novos rumos nos processos e percursos de formação.

Neste sentido é necessário dar substância aos princípios enunciados na *Carta de Princípios Interinstitucional* e nas *Linhas orientadoras das políticas a prosseguir pela ESEnVC* traduzindo-os em medidas concretas ao nível da concepção, construção e desenvolvimento curricular, das modalidades formativas e da própria avaliação de alunos.

O plano de estudos do curso de licenciatura em Enfermagem deve ser entendido como um *projecto* formativo que, enquanto tal, deve admitir uma dimensão de *imprevisibilidade* que emerge da situação complexa em que se desenvolve: ao frequentar o curso, o aluno continua o seu processo de desenvolvimento pessoal em referência a uma história de vida singular, à sua circunstância existencial e a um *projecto* de vida que, em grande medida, se organiza em torno da sua opção profissional; este processo pessoal evolui em interacção com formadores - docentes e enfermeiros- que, também eles, estão em processo de formação, com um *projecto*, uma história e uma circunstância de vida. A complexidade desta interacção aumenta quando se consideram os contextos diversificados em que se verifica, isto é, o contexto Escola, o contexto Serviços de Saúde e mesmo outros macro-contextos (social e cultural) e os *projectos* de desenvolvimento dessas organizações (escola e serviços de saúde) e da própria comunidade (Fig. 1).

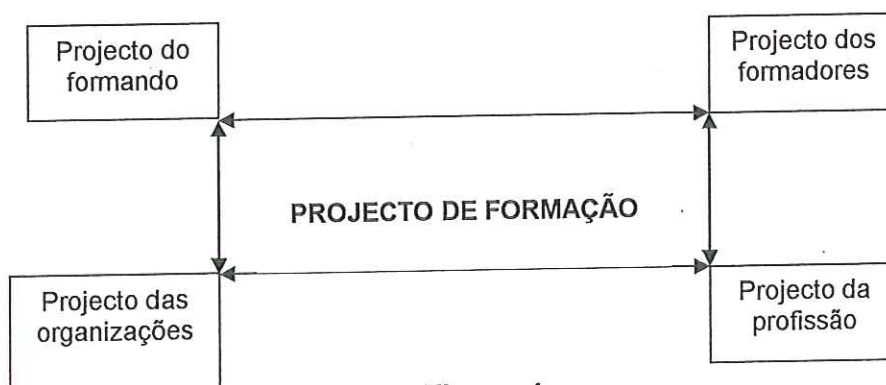


Figura 1

Assim, o plano de estudos, respeitando uma matriz universal, deve ser desenvolvido em consideração aos indivíduos enquanto objectos, sujeitos e agentes na formação, na perspectiva apresentada por M. Lesne<sup>V</sup>. Na consideração de que os modos pedagógicos que resultam desta concepção não são sequenciais mas que podem surgir em simultâneo com expressões diferenciadas ao longo do curso, surgem várias dimensões a considerar:

- a) a imprevisibilidade e a necessidade de ajustamento permanente e a rejeição de planificações estereotipadas e inflexíveis;
- b) a diversidade de actores implicados no processo: o docente como *gestor pedagógico* e que, em situações de ensino clínico ou estágio pode desempenhar funções de *supervisão da aprendizagem* enquanto *vê o que se passou antes, o que se passa durante e o que se passará depois, ou seja de quem entra no processo para o compreender por fora e por dentro*<sup>VI</sup>; o enfermeiro, que assume dois papeis principais: o *enfermeiro de referência* enquanto prestador de cuidados e que tem uma participação directa e activa na aprendizagem dos alunos que o observam, ajudam ou substituem. A intervenção deste enfermeiro de referência tem por unidade de tempo o turno de trabalho; o *enfermeiro tutor* que assume o papel de enfermeiro de referência enquanto prestador de cuidados e, sobretudo, de supervisor da formação porque está numa relação mais próxima do gestor pedagógico e a sua intervenção tem por unidade de tempo o período de duração do ensino clínico ou estágio.

O desenvolvimento curricular que se apoie nesta dinâmica cria, por certo, zonas e momentos de insegurança, hesitação e resistência à mudança mas permite, por outro lado, que o aluno se desenvolva e que o papel dos vários actores seja mais visível. Neste projecto de formação procurar-se-á conciliar o desejável - o ideal profissional - com o necessário - pedidos sociais em cuidados de enfermagem - no cumprimento dos objectivos do curso, das políticas de ensino e saúde e de outras orientações resultantes das orientações definidas pela Organização Mundial de Saúde e pela comunidade europeia em que nos inserimos.

Num curso com a duração de quatro anos - tempo com um significado extraordinário que se inicia numa fase final da adolescência e coincide com o início da vida adulta - é necessário não perder de vista o curso enquanto totalidade mas, de igual modo, clarificar a forma como se deve desenvolver com expressão nas práticas e estratégias da formação. Passaremos a apresentar alguns enunciados que sobressaem nesta orientação.



O processo de formação deve ser no sentido do simples para o complexo, do desenvolvimento progressivo do conhecimento, das habilidades/capacidades e competências sendo que estas se constituem no produto finalizante dum processo. As competências apenas se exprimem quando o aluno sabe *mobilizar*, em tempo oportuno, as capacidades ou conhecimentos que adquiriu, sabe aplicá-las quando necessário e no momento apropriado, sabe organizar, seleccionar e *integrar* o que pode ser útil na actividade profissional e sabe *transferir* ou adaptar para além de ser um bom executor <sup>VII</sup>. A estrutura do curso de licenciatura está de acordo com esta orientação na medida em que a evolução das aprendizagens tem a sequência *Ensino teórico (aulas teóricas, teórico-práticas e práticas) → Ensino Clínico → Estágios*, sequência que, sublinhe-se, deve conter o sentido da circularidade, ter um carácter recursivo ou de retroalimentação permanente e, por consequência rejeitar a exclusividade do sentido teoria → prática, conhecer → aplicar, ainda dominante nas nossas práticas. É nesta perspectiva que continua a fazer sentido a existência de *seminários* para análise e reflexão das práticas numa perspectiva de integração, mobilização e transferência de saberes anteriormente adquiridos e numa perspectiva da produção de novos saberes.

O conhecimento é indispensável mas também é preciso que os alunos o saibam organizar e, para além disso, aprendam a criar *disposições*, a *estar atentos ao que os rodeia*, a *ter sentido profissional*, a intervir, (re)criar, motivar(-se), a questionar as situações, os actores e os contextos. É por isso que, para nós, a construção dos *curricula* e dos programas das unidades curriculares não pode ser feita na lógica de inventários exaustivos mas em torno de questões estruturantes, daquilo que está na génese da profissão, do que a fundamenta e sustenta, daquilo que é necessário para a exercer com rigor, cientificidade e eficácia e capaz de desenvolver no aluno uma postura de flexibilidade crítica e de permanente análise das suas práticas. Ao seleccionar criteriosamente os conteúdos programáticos criam-se mais espaços para ser possível dar resposta às necessidades de formação que emergem durante o processo formativo, melhorando a performance nas capacidades que se vão adquirindo. Noutro sentido, esta posição traduz o reconhecimento do processo formativo ao longo da vida e a não desqualificação de outros momentos formativos igualmente importantes. Em suma, a formação não se esgota nos espaços formais nem no segmento da formação inicial.

Permitindo que o aluno se assuma como *objecto - sujeito - agente* da formação, desenvolve-se nele o sentido da coexistência da auto-formação (consigo), da hetero-formação

(pelos outros), da co-formação (com os outros) e da eco-formação (com o meio) e a aceitação da multiplicidade de modos pedagógicos: transmissivo (objecto), incitativo de orientação pessoal (sujeito) e apropriativo de inserção social (agente), segundo Lesne.

Os objectivos e as estratégias de avaliação têm que ser coerentes com as modalidades de formação enunciadas e não podem estar impregnados duma lógica essencialista e estática, como um fim em si. Formar-(se) é um processo pessoal e o aluno não pode ter o ónus da classificação. Instrumentos de avaliação exaustivamente quantitativos são inconciliáveis com a necessária articulação dos modos pedagógicos que referimos.

Então, o desenvolvimento curricular (4 anos) deve possuir uma lógica que contempla as ideias atrás expostas (Fig.2).

No primeiro ano, o ensino teórico feito através das aulas práticas deve realizar-se predominantemente em laboratório permitindo contudo os primeiros contactos com os contextos de trabalho e a observação das práticas profissionais relacionadas com instrumentos básicos da Enfermagem, com ênfase nos princípios da comunicação humana e da educação para a saúde.

Nos segundo e terceiro anos, continuando a insistir no treino de habilidades e desenvolvimento de capacidades, a formação realiza-se já em contexto real ao nível do ensino clínico. Finalmente, no quarto ano, com a introdução da figura Estágio, o aluno tem a possibilidade de desenvolver competências genéricas e transversais para a prestação de cuidados de enfermagem gerais à pessoa ao longo do ciclo vital, à família, grupos e comunidades, nos diferentes níveis de prevenção bem como participar na formação dos profissionais de saúde e na gestão dos serviços e unidades de saúde.

A análise das práticas e a orientação para a acção pode fazer-se tendo como referência o modelo desenvolvido por Lesne, sobretudo para realçar que os pontos de partida, as lógicas de trabalho pedagógico, as relações com o saber, os agentes que intervêm no processo e os efeitos sociais que se pretendem vão evoluindo do modo transmissivo para os modos incitativo e apropriativo.



1º ANO →		2º ANO → 3º ANO →		4º ANO	
<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas teóricas</li> <li>• Aulas teórico-práticas</li> <li>• Aulas práticas</li> </ul> <p>↓</p> <p>Em laboratório ↑↓ Em contexto (serv. saúde)</p> <p>↕</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>CAPACIDADES</p> <p>HABILIDADES:</p> <p>Cognitivas (1) Técnico-instrumentais (2) Sócio-relacional (3)</p> <p>ao nível dos procedimentos básicos de Enfermagem</p> <p>↕</p>		<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas teóricas</li> <li>• Aulas teórico-práticas</li> <li>• Aulas práticas</li> </ul> <p>ENSINO CLÍNICO CSP / CSD</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>CAPACIDADES</p> <p>HABILIDADES 3 (1, 2 e 3)</p> <p>Ao nível da prática de enfermagem em áreas específicas de intervenção aos três níveis de prevenção</p> <p>↕</p>		<p>ENSINO TEÓRICO</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aulas teóricas</li> <li>• Aulas teórico-práticas</li> <li>• Aulas práticas</li> </ul> <p>(INVESTIGAÇÃO E FORMAÇÃO)</p> <p>ESTÁGIOS</p> <p>DESENVOLVIMENTO DE</p> <p>COMPETÊNCIAS GENÉRICAS</p> <p>E TRANSVERSAIS PARA:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• prestação de cuidados de enfermagem gerais;</li> <li>• participar na formação dos profissionais de saúde</li> <li>• participar na gestão dos serviços e das unidades de saúde</li> </ul> <p>↕</p>	
Práticas					
MTP <sub>1</sub> +++ MTP <sub>2</sub> ++ MTP <sub>3</sub> +		MTP <sub>1</sub> ++ MTP <sub>2</sub> +++ MTP <sub>3</sub> +		MTP <sub>1</sub> + MTP <sub>2</sub> ++ MTP <sub>3</sub> +++	
PAPEIS		PAPEIS		PAPEIS	
Formando	Objecto/Sujeito	Formando	Objecto/Sujeito/Agente	Formando	Sujeito/Agente
Actores	Docente	T - +++ T-P - +++ Plab - +++ Pser - ++ (40%) <sup>viii</sup>	T - +++ E Clín - ++ (30%) ↓ Análise das práticas	Docente	T - +++ Estágio - + (20%)
	Enfermeiro	T - + T-P - + Plab - + Pserv - +++ (60%)	T - + E Clín - +++ (70%)	Enfermeiro	T - + Estágio - +++ (80%)

Fig. 2

Esta concepção da formação faz sobressair:

- A necessidade de dar novo fôlego aos protocolos celebrados com as instituições de parceria, na perspectiva duma partilha e implicação efectivas pois os enfermeiros manifestam cada vez mais competências para se assumirem como protagonistas nos processos de formação;
- A necessidade duma concepção e gestão de horários mais simplificada;
- A necessidade de gerir as cargas horárias das unidades de forma a contemplar uma percentagem que não se realize em sala de aula, possibilitando assim que o aluno desenvolva outras estratégias que melhor se adequem ao seu processo de aprendizagem.

*Aprovado na reunião de 11 de Julho de 2000*

---

## NOTAS

I - Cf. SORDI, M.R.L.; BAGNATO, M.H.S (1998). Subsídios para uma formação profissional crítico-reflexiva na área da saúde: o desafio da virada do século. Revista latino am.enfermagem, 6(2), p. 83-88.

II - Aprovado em reunião do Conselho Científico em 08.02.2000.

III - O número de auxiliares no ano lectivo 97-98 foi de 12; em 98-99 foi de 15 e no presente ano lectivo é de 28 (correspondendo a 32 contratos de trabalho) o que em termos económicos se traduziu num aumento de custos de 3,8 para 23,3 milhões de escudos)

IV - Cf. o DL 353/99, de 3 de Setembro.

V - Cf. LESNE, M. *Trabalho pedagógico e formação de adultos*.

VI - Cf. ALARCÃO, Isabel; TAVARES J. *Supervisão da prática pedagógica. Uma perspectiva de desenvolvimento e aprendizagem*, p. 47.

VII - Cf. LE BOTERF, Guy. Modelos de aprendizagem em alternância na comunidade: cinco desafios a enfrentar, in FORMAR, nº. 10, 1994, p. 41-42.

VIII - As percentagens assinaladas pretendem representar a preponderância de intervenção de docentes e enfermeiros na orientação de alunos ao longo do curso.

## **ANEXO II**

Distribuição do Serviço Docente

**ESCOLA SUPERIOR DE SAÚDE DE VIANA DO CASTELO**

Docente	Regime de tempo (%)	Grau Académico	Área Científica	UC Leccionadas no Curso	Tipo (A/S/Modular)	Horas Trabalho	Nº Turmas/grupos	Nº alunos	OBS
Cidália Maria de Barros Ferraz Amorim	100	Doutor	Enfermagem	Enf. Evolução Histórica e Epistemologia	S1	9,0	1	13	
				Enf. de Saúde Comunitária.Interv. Settings e Grupos Vulneráveis	S1	20,0	1	13	
				Seminário de Investigação	S1	24,0	1	13	
				Estágio I -Enf. de Saúde Comunitária	S2	54,0	3	13	A turma foi dividida em 3 grupos no estágio, sendo 1 grupo de 5 alunos em Caminha e outro em Po nte da Barca, também com 5 alunos e 1 em Melgaço, com 3 alunos.
				Estágio II - Interv. Enf. Saúde Comunitária	S2	54,0	3	13	A turma foi dividida em 3 grupos no estágio, sendo 1 grupo de 5 alunos em Caminha e outro em Po nte da Barca, também com 5 alunos e 1 em Melgaço, com 3 alunos.
Luis Carlos Carvalho da Graça	100	Doutor	Enfermagem	Enf. Evolução Histórica e Epistemologia	S1	10,0	1	13	
				Investigação em Enfermagem	S1	6,0	1	13	
Maria Aurora Pereira	100	Doutor	Ciências da Educação	Enf. Evolução Histórica e Epistemologia	S1	3,0	1	13	
António Pedro Pereira	100	Mestre	Antropologia	Enf. de Saúde Comunitária - Interv. em Settings e Grupos Vulneráveis	S1	20,0	1	13	
Clara de Assis Coelho de Araújo	100	Doutor	Psicologia	Investigação em Enfermagem	S1	16,0	1	13	
Maria Carminda Morais	100	Doutor	Ciências da Educação	Inovação, Gestão e Supervisão Clínica	S1	11,0	1	13	
				Epidemiologia e Enferm. de Saúde Pública	S1	26,0	3	13	
				Estágio I -Enf. de Saúde Comunitária	S2	54,0	2	13	
Maria José Fonseca	100	Mestre	Supervisão	Inovação, Gestão e Supervisão Clínica	S1	11,0	1	13	
Maria Manuela Amorim Cerqueira	100	Doutor	Enfermagem	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	13,0	1	13	
				Estágio II - Interv. Enf. Saúde Comunitária	S2	54,0	1	13	
Floribela da Conceição Matias sampaio	100	Mestre	Ciências de Enfermagem	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	20,0	1	13	
Maria de La Salete Soares	100	Mestre	Psicologia	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	12,0	1	13	
Carlos Lousada Lopes Subtil	100	Mestre	Ciências da Educação	Promoção e Educação para a Saúde e Saúde Familiar em Contexto Comunitário	S1	22,0	1	13	
Maria Candida Cracel Viana	100	Mestre	Ciências de Enfermagem	Promoção e Educação para a Saúde e Saúde Familiar em Contexto Comunitário	S1	20,0	1	13	
Maria Isabel Soares Parente Lajoso	100	Doutor	Saúde Mental	Promoção da Saúde Mental	S1	12,0	1	13	
Odete Maria Alves	Prestação de Serviços	Mestre	Saúde Pública	Enf. de Saúde Comunitária.Interv. Settings	S1	10,0	1	13	
Carlos Daniel Bravo Pinheiro	Prestação de Serviços	Mestre	Saúde Comunitária	Epidemiologia e Enferm. de Saúde Pública	S1	24,0	1	13	
Alcindo Salgado Maciel Barbosa	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Epidemiologia e Enferm. de Saúde Pública	S1	20,0	1	13	
Maria Suzete Santos Gonçalves	Prestação de Serviços	Doutor	Ciências Biomédicas	Epidemiologia e Enferm. de Saúde Pública	S1	6,0	1	13	
Maria Assunção Machado Frutuoso	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	4,0	1	13	
Maria Augusta Machado	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	7,0	1	13	
Maria da Glória Leal Durão Butt	Prestação de Serviços	Licenciatura	Enfermagem	Promoção da Saúde Mental	S1	10,0	1	13	
Mário João Braga da Silva	Prestação de Serviços	Licenciatura	Antropologia	Enf. de Saúde Comunitária.Interv. Settings	S1	4,0	1	13	
Paula Cristina Amorim Felgueiras	Prestação de Serviços	Licenciatura	Medicina	Enf. de Saúde Comunitária II-Gestão da Doença Crónica	S1	8,0	1	13	